



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140928 - SP (2021/0003015-3)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : EDSON AIRES FERRON  
**ADVOGADO** : JOSÉ RICARDO SOLER DOS SANTOS - SP394629  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDSON AIRES FERRON contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 2187358-79.2020.8.26.0000).

O recorrente foi condenado à pena de 3 ano e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I, do Código Penal. Ao paciente foi negado o direito de recorrer em liberdade. Contra tal decisão foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem sendo a ordem denegada.

Sustenta que a sentença "é carente de qualquer fundamentação real e concreta para a decretação da prisão preventiva do paciente, que diga-se de passagem, respondeu a todo processo em liberdade e não houve qualquer demonstração do *periculum libertatis*" (fl. 89)

Requer, em pedido liminar, seja cassado o mandado de prisão até o julgamento final do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para "anular e ou cassar a decisão que determinou a expedição automática e imediata de mandado de prisão, sem um mínimo de fundamentação real e concreta, extirpando o direito do paciente de responder o processo em liberdade" (fl. 101).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente